



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026**

#### **REGISTRO DE PREÇOS**

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO

JOSÉ MARIANO BARBOSA, SN - CENTRO - GADO BRAVO - PB.

CEP: 58492-000 - E-mail: gadobravolicitacao@gmail.com - Tel.: (83) 3347-1820.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 01.612.651/0001-03, doravante **denominado simplesmente ORC** e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às **11:00 horas do dia 13 de MARÇO de 2026**, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 00010/2026, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta visando o Registro de Preços para: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA MUNICIPALIDADE, PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO PB.**

**Data de abertura da sessão pública: 13/03/2026. Horário: 11:00 - horário de Brasília.**

**Data para início da fase de lances: 13/03/2026. Horário: 11:00 - horário de Brasília.**

Local: <https://licitanet.com.br/>

#### **1.0.DO OBJETO**

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA MUNICIPALIDADE, PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO PB.**

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades máximas a serem eventualmente contratadas pelo ORC.

1.3.O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, conforme a norma vigente.

1.4.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo IV e nas condições previstas neste instrumento.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

1.5.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.6.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.7.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.8.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA MUNICIPALIDADE, PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO PB**, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.9.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.10.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

## **2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1.No endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

2.3.O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

## 3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

3.1.5. ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.6. ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;

3.1.7. ANEXO VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.

3.2. A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1. [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

3.2.1.2. [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br);

3.2.1.3. [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br); e

3.2.1.4. [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

3.3. Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

## 4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

## 5.0. DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: **5 (cinco) dias.**

5.2. O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega,





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: **12 meses**, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos não Vinculados de Impostos:

**5005 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**5005.10.301.1004.2022 – Manter as Atividades do Fundo Municipal de Saúde.**

**5005.10.301.1004.2028 – Desenvolver as Atividades da Saúde Bucal**

**5005.10.301.1004.2075 – DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO ESF**

**5005.10.302.1004.2078 – DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA MAC**

**5005.10.302.1004.2079 – DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO SAMU**

**5005.10.303.1004.2031 – Manter as Atividades da Farmácia Básica**

**ELEMENTO DE DESPESA:**

**3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

**3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO**

5.5.Quando a validade da Ata de Registro de Preços ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.

5.6.A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

## **6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

**6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.**

**6.7.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.**

**6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.**

**6.9. GARANTIA DE PROPOSTA:** O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pelo Pregoeiro, como requisito de pré-habilitação:

6.9.1. Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a **R\$ 8.243,85**. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é **até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação**. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse proponente no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) seguro garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - Município de Gado Bravo. Banco - BANCO DO BRASIL. Agência - 5745-1. Conta Corrente - 124585-7. Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.9.1.1.A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

6.9.1.2. A garantia da proposta deverá ter 12 meses de validade;

6.9.1.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

6.9.1.4. Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

## **7.0.DO CREDENCIAMENTO**

7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3.Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4.Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

- 8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.
- 8.8.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 8.9.O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

## 9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:
- 9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;
- 9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;
- 9.1.3.Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";
- 9.1.4.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.
- 9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.
- 9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I:
- 9.4.1.O Licitante não poderá ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, indicado na coluna "quantidade" do referido termo de referência.
- 9.5.A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.
- 9.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 9.8.Não será admitida a previsão de preços diferentes em decorrência do local de entrega do objeto da presente contratação, mesmo quando distintos; ou em razão da forma e do local de acondicionamento; ou por qualquer outro motivo.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

9.9.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.11.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.12.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.13.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

## **10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;

10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20.Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

- 10.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.
- 10.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:
- 10.26.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 10.26.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
- 10.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 10.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:
- 10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;
- 10.27.2. Empresas brasileiras;
- 10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.
- 10.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
- 10.28.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.28.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 10.28.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;
- 10.28.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 10.28.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.
- 10.29. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.
- 10.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

## 11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.
- 11.2. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

11.2.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.2.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.3.Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.3.1.Contiver vícios insanáveis;

11.3.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.3.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.3.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.3.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.4.É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.4.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.4.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.3.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.

11.5.O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.7.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:





# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

## 12.3.PESSOA JURÍDICA:

12.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal (Alvará de Funcionamento), relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br). No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, acompanhado da cópia da Carteira de Identidade, e do CPF, podendo o mesmo ser substituído pela Carteira Nacional de Habilitação – CNH;

12.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

12.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9. Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.10. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.11. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br).

12.3.13. Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo VI:

12.3.13.1. Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.13.2. Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.13.3. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.13.4. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.13.5. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.13.6. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

### **12.4. DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA - PESSOA JURÍDICA:**

12.4.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal da sede do licitante.

12.4.2. Comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE, emitida pela ANVISA, acompanhada, se for o caso, da autorização para comercialização de medicamentos controlados.

**12.4.3. APRESENTAR CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL, QUANDO A LICITANTE - MATRIZ E/OU FILIAL - COTAR PREÇO PARA OS MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL, MEDICAMENTOS relacionados na Portaria SVS/MS nº 344/98, observadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;**

12.4.4. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DA EMPRESA, EXPEDIDO PELO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA (CRF) em conformidade com a Lei nº 3.820/1960, acostado o comprovante de pagamento da anuidade, devidamente atualizado.

### **12.5. Documentação de licitantes reunidos em consórcio:**

12.5.1.A documentação de cada pessoa jurídica que estejam reunidas em consórcio, nos termos das disposições deste Edital, deverá ser apresentada pela empresa responsável pelo consórcio, quando solicitada pelo Pregoeiro, correspondendo a:

12.5.1.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

12.5.1.2.Documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

12.5.1.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.6.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.6.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.6.2.De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.7.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.7.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.8.A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.9.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.9.1.Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.9.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.10.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.10.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.11.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.11.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;



12.11.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.11.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.11.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.11.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.11.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.13.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.14.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.14.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.14.3. Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.15. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.16. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

### 13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

### 14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

### 15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

## 16.0.DO CONTRATO

16.1. Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas:

16.1.2.1. A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preços ou a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma parcelada.

16.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

## 17.0.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Formalização e Cadastro de Reserva:

17.1.1. Após a homologação do certame, serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto neste Edital; e será incluído na referida ata, na forma de anexo, o registro:

17.1.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

17.1.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

17.1.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados:



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

17.1.2.1.A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

17.1.2.2.Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.1.3.A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.1.3.1.Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

17.1.3.2.Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste Edital.

17.1.4.Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:

17.1.4.1.Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

17.1.4.2.Adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.2.Assinatura:

17.2.1.Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

17.2.2.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado convocado, desde que:

17.2.2.1.A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

17.2.2.2.A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.2.3.Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, devidamente homologados, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do correspondente item, a respectiva quantidade, preço registrado e demais condições.

17.2.4.O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.2.5.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.2.6.Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.3.Vigência:

17.3.1.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.



# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

17.3.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2026, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

17.4.Vedação a acréscimos de quantitativos:

17.4.1.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

17.5.Controle e gerenciamento:

17.5.1.O controle e o gerenciamento das Atas de Registro de Preços serão realizados por meio de procedimentos de gestão de atas, quanto a:

17.5.1.1.Os quantitativos e os saldos; e

17.5.1.2.As solicitações de adesão.

17.6.Alteração ou atualização dos preços registrados:

17.6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do bem registrado, nas seguintes situações:

17.6.1.1.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

17.6.1.2.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21; ou

17.6.1.3.Na hipótese de reajustamento sobre os preços registrados, prevista neste instrumento, nos termos do disposto na Lei 14.133/21.

17.7.Negociação de preços registrados:

17.7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

17.7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

17.7.1.2.Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste instrumento;

17.7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;

17.7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

17.7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

17.7.2.1. Para fins do disposto no subitem anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas. Na hipótese de comprovação dessa ocorrência, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

17.7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e na legislação aplicável;

17.7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto neste instrumento;

17.7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

17.7.2.5. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

## **18.0. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DO PREÇO REGISTRADO**

18.1. Cancelamento do registro do fornecedor:

18.1.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

18.1.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

18.1.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

18.1.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento; ou

18.1.1.4. Sofrer sanção prevista nos Incisos III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei 14.133/21. Nessa hipótese, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas neste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.2. Cancelamento dos preços registrados:

18.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

18.2.1.1. Por razão de interesse público;

18.2.1.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

18.2.1.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto neste instrumento.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

## 19.0.DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

### 19.1.Formalização:

19.1.1.A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento hábil, na forma definida neste Edital, conforme as disposições constantes do Art. 95, da Lei 14.133/21.

19.1.2.O instrumento de que trata o subitem anterior, será assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

### 19.2.Alteração do contrato:

19.2.1.O contrato eventualmente decorrente da ata poderá ser alterado, observado o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/21.

### 19.3.Vigência do contrato:

19.3.1.A vigência do respectivo contrato será a estabelecida neste Edital, observadas as disposições do Art. 105, da Lei 14.133/21.

## 20.0.DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA

### 20.1.Competências:

20.1.1.A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços, decorrentes do presente certame, serão do ORC, através do Departamento de Compras, atuando como órgão gerenciador do sistema de registro de preços, ao qual compete, em especial:

20.1.1.1.Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

20.1.1.2.Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados; e

20.1.1.3.Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento deste certame.

## 21.0.DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE

### 21.1.Competências:

21.1.1.O órgão ou a entidade participante é responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, ao qual compete, em especial:

21.1.1.1.Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

21.1.1.2.Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

21.1.1.3.Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais; e

21.1.1.4.Prestar as informações solicitadas pelo órgão gerenciador do sistema de registro de preços quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

## 22.0.DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1.A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

22.1.1. Pelo ORC, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da Ata de Registro de Preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

22.2. O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

### **23.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO – REAJUSTE**

23.2.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

23.2.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

23.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

23.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.2.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

23.2.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

### **24.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

24.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

24.2. Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

### **25.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

#### **25.1. Obrigações do Contratante:**



- 25.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;
- 25.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;
- 25.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;
- 25.1.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

## **25.2. Obrigações do Contratado:**

- 25.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- 25.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;
- 25.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;
- 25.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- 25.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e conseqüentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;
- 25.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- 25.2.7. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

## **26.0. DO PAGAMENTO**

- 26.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.
- 26.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.
- 26.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.
- 26.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

= número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **27.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

27.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

27.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

## **28.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

28.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

28.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

28.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

28.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

### **29.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

29.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

29.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

29.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

29.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

29.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br); no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: José Mariano Barbosa, SN – Centro – Gado Bravo – PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

29.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Umbuzeiro, Estado da Paraíba.

Gado Bravo - PB, 24 de fevereiro de 2026.

**ASSINADO NO ORIGINAL**

**VIVIANE ALVES BARBOSA**

Secretária Municipal de Saúde





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

**ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026**

# TERMO DE REFERÊNCIA

## 1.0.DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA MUNICIPALIDADE, PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO PB.**

## 2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1. A saúde é direito fundamental assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo dever do Poder Público garantir acesso universal e igualitário às ações e serviços destinados à sua promoção, proteção e recuperação. No âmbito do Sistema Único de Saúde, a Lei nº 8.080/1990 estabelece que a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, é responsabilidade das três esferas de governo, cabendo ao Município papel direto na execução das ações de atenção básica e no fornecimento regular de medicamentos essenciais à população.

2.2. No contexto da Prefeitura Municipal de Gado Bravo – PB, a realização de processo licitatório para aquisição de medicamentos não representa apenas um ato administrativo, mas uma medida indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde. Grande parte da população do município depende exclusivamente do SUS para ter acesso a tratamentos médicos, especialmente pessoas em situação de vulnerabilidade social, idosos, crianças e pacientes portadores de doenças crônicas como hipertensão, diabetes, asma, transtornos mentais e infecções recorrentes.

2.3. A ausência ou insuficiência de medicamentos compromete diretamente a efetividade das políticas públicas de saúde, podendo resultar na interrupção de tratamentos, agravamento de quadros clínicos, aumento de atendimentos de urgência e internações evitáveis. Além do impacto humano, o desabastecimento gera sobrecarga financeira ao Município, seja pelo aumento dos custos assistenciais, seja pela judicialização de demandas individuais por medicamentos.

2.4. A Assistência Farmacêutica, conforme amplamente debatido pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, não se resume à simples compra e distribuição de medicamentos, mas envolve planejamento, programação, aquisição adequada, armazenamento correto e dispensação responsável, garantindo qualidade, segurança e uso racional. Nesse sentido, a realização da licitação permite organizar o abastecimento de forma planejada, evitar desperdícios, assegurar preços mais vantajosos e garantir que os medicamentos estejam disponíveis nas Unidades de Saúde e na Farmácia Básica Municipal de maneira contínua e regular.

2.5. A Prefeitura Municipal de Gado Bravo necessita realizar a licitação para manter estoque estratégico adequado, atender às demandas ordinárias e sazonais e assegurar que os

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026****PROCESSO Nº 025/2026**

medicamentos adquiridos estejam devidamente regularizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, garantindo eficácia terapêutica e segurança sanitária. O procedimento licitatório também assegura transparência, isonomia entre fornecedores e correta aplicação dos recursos públicos, preservando o interesse coletivo.

2.6. Portanto, a realização da licitação é medida essencial para que o Município cumpra sua obrigação constitucional e legal de garantir assistência farmacêutica à população. Trata-se de assegurar que cada cidadão de Gado Bravo – PB tenha acesso digno, contínuo e seguro aos medicamentos de que necessita, transformando o direito à saúde em realidade concreta e reafirmando o compromisso da gestão pública com a vida, a dignidade e o bem-estar de sua comunidade.

2.2. As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	AAS AAS 100mg – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,07	604,80
2	ACEBROFILINA ACEBROFILINA 5mg/ml – 120mL XAROPE	FRASCO	216	8,66	1.870,56
3	ÁCIDO ASCORBICO ÁCIDO ASCORBICO 200MG/ML – 20ml – GOTAS	FRASCO	432	1,80	777,60
4	ÁCIDO ASCORBICO ÁCIDO ASCORBICO 500MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,18	1.555,20
5	ÁCIDO ASCORBICO ÁCIDO ASCORBICO 5MI – 100mg/ml – AMPOLA	UNIDADE	864	1,64	1.416,96
6	ÁCIDO FÓLICO ÁCIDO FÓLICO 5mg – COMPRIMIDO	UNIDADE	12960	0,06	777,60
7	ACIDO TRANEXAMICO ACIDO TRANEXAMICO 250MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	1,31	5.659,20
8	ÁCIDO TRANEXAMICO ÁCIDO TRANEXAMICO 5mL – 50mg/ML – INJETÁVEL (AMPOLA)	UNIDADE	432	4,35	1.879,20
9	ACIDO VALPROÍCO ACIDO VALPROÍCO 250MG – CÁPSULA	UNIDADE	4320	0,23	993,60
10	ACIDO VALPROICO ACIDO VALPROICO 50MG/ML – SUSPENSÃO	FRASCO	432	7,73	3.339,36
11	ÁGUA P /INJEÇÃO ÁGUA P /INJEÇÃO 10mL – INJETÁVEL (AMPOLA)	UNIDADE	1200	0,25	300,00
12	ALBENDAZOL ALBENDAZOL 400mg – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,57	2.462,40
13	ALBENDAZOL ALBENDAZOL 40mg/ML – SUSPENSÃO	FRASCO	864	1,26	1.088,64
14	ALENDRONATO DE SÓDIO ALENDRONATO DE SÓDIO 70mg – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,42	3.628,80
15	AMBROXOL AMBROXOL 3mg/ML – 100mL XAROPE	FRASCO	864	3,00	2.592,00
16	AMBROXOL AMBROXOL 6mg/ML – 100mL XAROPE	FRASCO	864	3,88	3.352,32
17	AMINOFILANA AMINOFILANA 24mg/ML – 5ML (AMPOLA)	UNIDADE	86	4,61	396,46
18	AMINOFILINA AMINOFILINA 100mg – COMPRIMIDO	UNIDADE	864	0,31	267,84



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

19	AMIODARONA COMPRIMIDO	AMIODARONA	200mg	– UNIDADE	4320	0,60	2.592,00
20	AMITRIPTILINA COMPRIMIDO	AMITRIPTILINA	25MG	– UNIDADE	17280	0,07	1.209,60
21	AMOXICILINA +CLAVULANATO DE POTÁSSIO COMPRIMIDO AMOXICILINA +CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500mg+125mg – COMPRIMIDO			UNIDADE	4320	3,37	14.558,40
22	AMOXICILINA SUSPENSÃO	AMOXICILINA	250mg/5MI	– FRASCO	1728	4,28	7.395,84
23	AMOXICILINA AMOXICILINA 500mg – CÁPSULA			UNIDADE	17280	0,39	6.739,20
24	AMOXIXILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO AMOXIXILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50mg+12,5mg/MI – SUSPENSÃO			FRASCO	432	19,15	8.272,80
25	APTAMIL PREMIO APTAMIL PREMIO 1 400 G			LATA	86	47,17	4.056,62
26	ATENOLOL ATENOLOL 25mg – COMPRIMIDO			UNIDADE	8640	0,07	604,80
27	ATENOLOL ATENOLOL 50mg – COMPRIMIDO			UNIDADE	4320	0,08	345,60
28	ATROPINA ATROPINA 0,25mg/MI – 2ml (AMPOLA)			UNIDADE	43	0,94	40,42
29	AZITROMICINA AZITROMICINA 500mg			– UNIDADE	4320	1,04	4.492,80
30	AZITROMICINA AZITROMICINA 900mg/22,5ml			– FRASCO	259	11,59	3.001,81
31	BENZILPENICILINABENZATI-NA PÓ PARA SOLUÇÃO BENZILPENICILINABENZATI-NA PÓ PARA SOLUÇÃO INJ.0600UI			FRASCO	259	7,35	1.903,65
32	BENZILPENICILINABENZATI-NA PÓ PARASOLUÇÃO BENZILPENICILINABENZATI- NA PÓ PARASOLUÇÃO INJ.1200UI			FRASCO	432	6,70	2.894,40
33	BENZOATO DE BENZILAsolução BENZOATO DE BENZILA 25% – 100mlsolução			FRASCO	259	17,15	4.441,85
34	BIPERIDENO BIPERIDENO 2MG – COMPRIMIDO			UNIDADE	8640	0,49	4.233,60
35	BROMAZEPAM BROMAZEPAM 3MG			– UNIDADE	8640	0,14	1.209,60
36	BROMETO DE FENOTEROL BROMETO DE FENOTEROL 5MG/ML GOTAS – 20ML			FRASCO	43	9,06	389,58
37	BROMIDRATO DE IPRATRÓPIO BROMIDRATO DE IPRATRÓPIO 0,025MG/ML GOTAS – 20ML			FRASCO	43	1,38	59,34
38	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA +DIPIRONA BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 10MG+250MG – COMPRIMIDO			UNIDADE	4320	0,37	1.598,40
39	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML – GOTAS – 20ML			FRASCO	432	8,74	3.775,68
40	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML – AMPOLA – 2ML			UNIDADE	864	1,65	1.425,60
41	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICA BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICA			UNIDADE	864	2,14	1.848,96





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

	4MG/ML+500MG/ML – AMPOLA – 5ML				
42	CAPTOPRIL CAPTOPRIL 25MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	25920	0,06	1.555,20
43	CAPTOPRIL CAPTOPRIL 50MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,21	1.814,40
44	CARBAMAZEPINA CARBAMAZEPINA 200MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	17280	0,19	3.283,20
45	CARBAMAZEPINA CARBAMAZEPINA 20MG/ML – 100ML – SUSPENSÃO	FRASCO	259	11,08	2.869,72
46	CEFALEXINA CEFALEXINA 250MG/5ML – SUSPENSÃO	FRASCO	432	10,20	4.406,40
47	CEFALEXINA CEFALEXINA 500MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,94	8.121,60
48	CEFTRIAXONA CEFTRIAXONA 1G – AMPOLA IM	UNIDADE	432	5,48	2.367,36
49	CEFTRIAXONA CEFTRIAXONA 1G – AMPOLA IV	UNIDADE	432	5,74	2.479,68
50	CETOCONAZOL CETOCONAZOL (BISNAGA)	UNIDADE	259	3,80	984,20
51	CETOCONAZOL CETOCONAZOL (COMPRIMIDO)	UNIDADE	4320	0,40	1.728,00
52	CIMETIDINA CIMETIDINA 150MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	864	0,45	388,80
53	CIMETIDINA CIMETIDINA 150MG/ML – AMPOLA	UNIDADE	864	1,64	1.416,96
54	CIPROFLOXACINO CIPROFLOXACINO 500MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,28	2.419,20
55	CLONAZEPAM CLONAZEPAM 0,5MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,08	345,60
56	CLONAZEPAM CLONAZEPAM 2,5MG/ML – 20ml – GOTAS	FRASCO	864	2,47	2.134,08
57	CLONAZEPAM CLONAZEPAM 2MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,08	345,60
58	CLORAFENICOL CLORANFENICOL 4mg/ML – COLÍRIO	FRASCO	172	16,37	2.815,64
59	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL – 30ML CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL – 30ML	FRASCO	432	3,20	1.382,40
60	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG – COMPRIMIDO CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	1728	0,30	518,40
61	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	1728	0,40	691,20
62	CLORIDRATO DE FLUOXETINA CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG – CÁPSULA	UNIDADE	8640	0,10	864,00
63	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2%	FRASCO	86	7,61	654,46
64	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,06	259,20
65	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML – GOTAS – 15ML (FRASCO)	FRASCO	259	2,01	520,59
66	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5MG/ML – AMPOLA – 2mL	UNIDADE	864	1,08	933,12



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

67	CLORIDRATO DE PROMETAZINA CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG- COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,17	1.468,80
68	CLORIDRATO DE PROMETAZINA CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG/ML – AMPOLA – 2mL	UNIDADE	864	3,90	3.369,60
69	DEXAMETASONA DEXAMETASONA 0,1%- CREME – 10G (BISNAGA)	UNIDADE	432	2,15	928,80
70	DEXAMETASONA DEXAMETASONA 0,1MG/ML – 120ML – EIXIR	FRASCO	432	2,74	1.183,68
71	DEXAMETASONA DEXAMETASONA 4MG/ML – AMPOLA – 2ML	UNIDADE	864	1,28	1.105,92
72	DEXAMETSONA DEXAMETSONA (AMPOLA)	UNIDADE	864	1,27	1.097,28
73	DEXCLORFENIRAMINA DEXCLORFENIRAMINA 2MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,07	302,40
74	DEXCLORFENIRAMINA DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML – 100ml XAROPE	FRASCO	864	2,55	2.203,20
75	DIAZEPAM DIAZEPAM 10MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	17280	0,07	1.209,60
76	DIAZEPAM DIAZEPAM 10MG/ML – AMPOLA – 2ML	UNIDADE	72	1,12	80,64
77	DIAZEPAM DIAZEPAM 5MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,08	345,60
78	DICLOFENACO DE POTÁSSIO DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,09	388,80
79	DICLOFENACO DE POTÁSSIO DICLOFENACO DE POTÁSSIO 75MG/ML– AMPOLA – 2ML	UNIDADE	864	5,38	4.648,32
80	DICLOFENACO DE SÓDIO DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML – AMPOLA – 2ML	UNIDADE	864	1,13	976,32
81	DICLOFENACO DE SÓDIO DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,09	388,80
82	DIGOXINA DIGOXINA 0,25MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,18	777,60
83	DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA(DRAMIN) 3MG+5MG+10MG+10MGAMPOLA	UNIDADE	432	10,98	4.743,36
84	DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA(DRAMIN) 50mg/10mg – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	1,06	4.579,20
85	DIPIRONA DIPIRONA 500MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	1,46	12.614,40
86	DIPIRONA DIPIRONA 500MG/ML – 10ML – GOTAS	FRASCO	1728	0,15	259,20
87	DIPIRONA DIPIRONA 500MG/ML – INJETÁVEL (AMPOLA)	UNIDADE	864	0,80	691,20
88	ENALAPRIL ENALAPRIL 10MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,07	604,80
89	ENALAPRIL ENALAPRIL 20MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,07	302,40
90	ENALAPRIL ENALAPRIL 5MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,06	518,40
91	ENOXAPARINA SÓDICA ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/6ML– SRINGAS PREENCHIDAS GRADUADAS	UNIDADE	43	25,37	1.090,91
92	EPINEFRINA EPINEFRINA 1MG/ML – AMPOLA – 2ML	UNIDADE	43	3,52	151,36
93	FENITOÍNA FENITOÍNA 100MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,19	1.641,60
94	FENITOINA FENITOINA 100MG/ML – AMPOLA – 3ML	UNIDADE	86	2,97	255,42



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

95	FENOBARBITAL	FENOBARBITAL	100MG	–UNIDADE	17280	0,16	2.764,80
96	FENOBARBITAL	FENOBARBITAL	200MG/ML	–UNIDADE	43	3,92	168,56
97	FENOBARBITAL	FENOBARBITAL	40MG/ML	–FRASCO	259	4,78	1.238,02
98	FENTANILA	FENTANILA	0,05MG/ML – 10ML	–UNIDADE	86	3,83	329,38
99	FLUCONAZOL	FLUCONAZOL	150MG	–UNIDADE	4320	0,56	2.419,20
100	FUROSEMIDA	FUROSEMIDA	10MG/ML	–UNIDADE	432	1,01	436,32
101	FUROSEMIDA	FUROSEMIDA	40MG	–UNIDADE	4320	0,07	302,40
102	GENTAMICINA	GENTAMICINA	40MG/ML	–UNIDADE	43	1,42	61,06
103	GENTAMICINA	GENTAMICINA	80MG/ML	–UNIDADE	43	1,68	72,24
104	GLIBENCLAMIDA	GLIBENCLAMIDA	5MG	–UNIDADE	25920	0,05	1.296,00
105	GLICOSE	GLICOSE 25% – AMPOLA		UNIDADE	172	0,85	146,20
106	GLICOSE	GLICOSE 50% – AMPOLA		UNIDADE	172	0,76	130,72
107	HALOPERIDOL	HALOPERIDOL	1MG	–UNIDADE	1728	0,22	380,16
108	HALOPERIDOL	HALOPERIDOL	20MG/ML	–FRASCO	172	4,11	706,92
109	HALOPERIDOL	HALOPERIDOL	5MG	–UNIDADE	8640	0,15	1.296,00
110	HIDROCLOROTIAZIDA	HIDROCLOROTIAZIDA	25MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	25920	0,03	777,60
111	HIDROCLOROTIAZIDA	HIDROCLOROTIAZIDA	50MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,11	950,40
112	HIDROCORTISONA	HIDROCORTISONA	100MG – AMPOLA – 5ML	UNIDADE	259	3,72	963,48
113	HIDROCORTISONA	HIDROCORTISONA	500MG – AMPOLA – 5ML	UNIDADE	259	5,27	1.364,93
114	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5MG/ML – 100MLSUSPENSÃO		FRASCO	432	2,74	1.183,68
115	IBUPROFENO	IBUPROFENO 20MG/ML – GOTAS		FRASCO	864	2,38	2.056,32
116	IBUPROFENO	IBUPROFENO	300MG	–UNIDADE	8640	0,17	1.468,80
117	IBUPROFENO	IBUPROFENO	600MG	–UNIDADE	8640	0,22	1.900,80
118	INSULINA	INSULINA NPH 10ML		FRASCO	864	40,95	35.380,80
119	IODETO DE POTÁSSIO	IODETO DE POTÁSSIO	100ML – XAROPE	FRASCO	432	5,61	2.423,52
120	ISULINA REGULAR 10ML	INSULINA REGULAR		FRASCO	86	357,40	30.736,40
121	KOLAGENASE	KOLAGENASE	30MG(g)	–UNIDADE	172	19,06	3.278,32





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

	POMADA (BISNAGA)					
122	KOLAGENASE+CLORAFENICOL KOLAGENASE+CLORAFENICOL (g)POMADA (BISNAGA)	30MG	UNIDADE	172	18,30	3.147,60
123	LEVOMEPROMAZINA LEVOMEPROMAZINA 100MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	4320	0,81	3.499,20
124	LEVOMEPROMAZINA LEVOMEPROMAZINA 25MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	4320	0,68	2.937,60
125	LEVOMEPROMAZINA LEVOMEPROMAZINA 4% – 20ML – GOTAS		FRASCO	172	14,13	2.430,36
126	LEVOTIROXINA LEVOTIROXINA 100MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	4320	0,29	1.252,80
127	LEVOTIROXINA LEVOTIROXINA 25MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	4320	0,36	1.555,20
128	LEVOTIROXINA LEVOTIROXINA 50MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	4320	0,34	1.468,80
129	LEVOTIROXINA LEVOTIROXINA 75MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	4320	0,46	1.987,20
130	LORATADINA LORATADINA 10MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	4320	0,10	432,00
131	LORATADINA LORATADINA 1MG/ML – 100ML – XAROPE		FRASCO	432	3,72	1.607,04
132	LOSARTANA POTÁSSICA LOSARTANA POTÁSSICA 50MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	43200	0,06	2.592,00
133	M ETFORMINA M ETFORMINA 850MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	17280	0,19	3.283,20
134	MEBENDAZOL MEBENDAZOL 250MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	2592	0,46	1.192,32
135	MEBENDAZOL MEBENDAZOL 40MG/ML – SUSPENSÃO – 30ML		FRASCO	259	1,98	512,82
136	METFORMINA METFORMINA 500MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	4320	0,18	777,60
137	METILDOPA METILDOPA 250MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	4320	0,63	2.721,60
138	METILDOPA METILDOPA 500MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	2160	1,32	2.851,20
139	METRONIDAZOL METRONIDAZOL 100MG/G – (50g) GELÉIA VAGINAL (BISNAGA)		UNIDADE	432	7,15	3.088,80
140	METRONIDAZOL METRONIDAZOL 250MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	4320	0,24	1.036,80
141	METRONIDAZOL METRONIDAZOL 40MG/ML – SUSPENSÃO – 100ML		FRASCO	432	9,72	4.199,04
142	MICONAZOL MICONAZOL 20mg/g 980g) – CREME VAGINAL (BISNAGA)		UNIDADE	432	10,58	4.570,56
143	MIDAZOLAM MIDAZOLAM 5MG/ML – 10ML – INJETÁVEL (AMPOLA)		UNIDADE	86	3,65	313,90
144	NEOMICINA+BACITRACINA NEOMICINA+BACITRACINA 5MG+250UI/G – POMADA – 10G (BISNAGA)		UNIDADE	432	2,58	1.114,56
145	NIMESULIDA NIMESULIDA 100MG – COMPRIMIDO		UNIDADE	8640	0,11	950,40



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

146	NIMESULIDA NIMESULIDA 2,5MG/ML – GOTAS – 15ML	FRASCO	432	1,97	851,04
147	NISTATINA NISTATINA 10.000UI/ML – SUPENSÃO – 30ML	UNIDADE	259	5,66	1.465,94
148	NISTATINA NISTATINA 2.500UI – CREME VAGINAL – 50G (BISNAGA)	UNIDADE	432	7,22	3.119,04
149	NITROFUROSONA NITROFUROSONA 30G – POMADA (BISNAGA)	UNIDADE	86	18,70	1.608,20
150	ÓLEO MINERAL ÓLEO MINERAL 100ML – SUSPENSÃO	FRASCO	259	3,99	1.033,41
151	OMEPRAZOL OMEPRAZOL 20MG – CÁPSULA	UNIDADE	17280	0,09	1.555,20
152	OMEPRAZOL OMEPRAZOL 20MG/ML – AMPOLA – 10ML	UNIDADE	259	13,00	3.367,00
153	ONDANSETRONA ONDANSETRONA 2MG/ML – INJETÁVEL (AMPOLA)	UNIDADE	432	2,16	933,12
154	ONDANSETRONA ONDANSETRONA 4MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,91	3.931,20
155	ONDANSETRONA 8MG – ONDANSETRONA 8MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,64	2.764,80
156	OXITOCINA OXITOCINA 5UI/ML – AMPOLA – 1ML	UNIDADE	86	3,83	329,38
157	PARACETAMOL PARACETAMOL 20MG/ML – GOTAS – 10ML	FRASCO	864	1,35	1.166,40
158	PARACETAMOL PARACETAMOL 500MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,10	864,00
159	PARACETAMOL PARACETAMOL 750MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640	0,16	1.382,40
160	PASTA DÁGUA PASTA DÁGUA 120g – FRASCO	FRASCO	86	6,05	520,30
161	PERICIAZINA PERICIAZINA 4% – GOTAS – 20ML	FRASCO	43	35,65	1.532,95
162	PERMAGANATO DE POTÁSSIO 100MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	864	0,38	328,32
163	POLIVITAMÍNICO (complexo B) POLIVITAMÍNICO (complexo B) 100ml – SUSPENSÃO	FRASCO	259	4,62	1.196,58
164	POLIVITAMÍNICO (COMPLEXO B) POLIVITAMÍNICO (COMPLEXO B) 2ml – AMPOLA	UNIDADE	432	1,41	609,12
165	PREDNISOLONA PREDNISOLONA 3MG/ML – 60ml – XAROPE	FRASCO	345	5,32	1.835,40
166	PREDNISONA PREDNISONA 20MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320	0,27	1.166,40
167	PREDNISONA PREDNISONA 5MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	1728	0,10	172,80
168	RISPERIDONA RISPERIDONA 1MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	864	0,15	129,60
169	RISPERIDONA RISPERIDONA 2MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	864	0,16	138,24
170	SAIS PARA REIDRATÇÃO ORAL 27,5G SAIS PARA REIDRATÇÃO ORAL 27,5G – CAIXAC/100 (SACHÊ)	UNIDADE	25	96,48	2.412,00
171	SALBUTAMOL SALBUTAMOL 0,48MG/ML – FRASCO	FRASCO	259	1,57	406,63



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

	XAROPE – 100ML						
172	SECNIDAZOL COMPRIMIDO	SECNIDAZOL	1000MG	UNIDADE	2592	1,07	2.773,44
173	SIMETICONA COMPRIMIDO	SIMETICONA	40MG	UNIDADE	3456	0,16	552,96
174	SIMETICONA 75MG/ML – GOTAS – 15ML	SIMETICONA	75MG/ML	FRASCO	432	1,52	656,64
175	SINVASTATINA COMPRIMIDO	SINVASTATINA	20MG	UNIDADE	8640	0,12	1.036,80
176	SINVASTATINA COMPRIMIDO	SINVASTATINA	40MG	UNIDADE	8640	0,19	1.641,60
177	SORO FISIOLÓGICO 100ML	SORO FISIOLÓGICO		FRASCO	10368	3,78	39.191,04
178	SORO FISIOLÓGICO 250ML	SORO FISIOLÓGICO		FRASCO	10368	4,52	46.863,36
179	SORO FISIOLÓGICO 500ML	SORO FISIOLÓGICO		FRASCO	20736	6,48	134.369,28
180	SORO GLICOSADO 500ML	SORO GLICOSADO	500ML	FRASCO	10368	6,56	68.014,08
181	SORO RINGER 100ML	SORO RINGER		FRASCO	10368	5,50	57.024,00
182	SORO RINGER C/LACTATO 500ML	SORO RINGER		FRASCO	10368	7,07	73.301,76
183	SULFADIAZINA DE PRATA 10mg – (50G) – POMADA	SULFADIAZINA DE PRATA	10mg	UNIDADE	172	7,33	1.260,76
184	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 400MG+80MG – COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA	400MG+80MG	UNIDADE	8640	0,23	1.987,20
185	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 40MG+8MG – SUSPENSÃO – 50ML	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA	40MG+8MG	FRASCO	864	4,64	4.008,96
186	SULFATO FERROSO 40MG – COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO	40MG	UNIDADE	17280	0,06	1.036,80
187	SULFATO FERROSO 125mg/ml(25mg/ml) – GOTAS	SULFATO FERROSO	125mg/ml(25mg/ml)	FRASCO	432	1,44	622,08
188	TENOXICAM INJETÁVEL – 5ML (AMPOLA)	TENOXICAM	40MG/ML	UNIDADE	432	10,29	4.445,28
189	TENOXICAN 20MG/ML – INJETÁVEL – 5ML (AMPOLA)	TENOXICAN	20MG/ML	UNIDADE	432	7,65	3.304,80
190	Terbutalina Ampola – 1 ml	Terbutalina		UNIDADE	86	1,86	159,96
191	VITAMINA K 10MG/ML – AMPOLA	VITAMINA K	10MG/ML	UNIDADE	259	2,24	580,16
<b>Total</b>							<b>824.685,77</b>

## 3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Efetuar o planejamento da aquisição dos medicamentos, definindo quantitativos estimados, especificações técnicas e cronograma de fornecimento, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. Emitir as Autorizações de Fornecimento/Empeños em conformidade com a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato firmado, indicando quantitativos, prazos e locais de entrega.





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

- 3.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidor formalmente designado, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, especialmente quanto à qualidade, prazos e regularidade dos medicamentos fornecidos.
- 3.4. Receber provisoriamente e definitivamente os medicamentos, após conferência das especificações, validade, integridade das embalagens, registros sanitários e demais exigências previstas no Termo de Referência e no Edital.
- 3.5. Recusar, no todo ou em parte, os medicamentos que estejam em desacordo com as especificações técnicas, com prazo de validade incompatível ou que apresentem qualquer irregularidade sanitária ou de qualidade.
- 3.6. Notificar formalmente a Contratada sobre eventuais falhas, irregularidades ou descumprimento de cláusulas contratuais, fixando prazo para a devida regularização.
- 3.7. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo estabelecido, após a devida comprovação da entrega regular dos medicamentos e apresentação da documentação fiscal correspondente.
- 3.8. Prestar à Contratada as informações e esclarecimentos necessários à correta execução do objeto contratual.
- 3.9. Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e no Contrato, assegurando o contraditório e a ampla defesa.
- 3.10. Zelar pela boa gestão dos recursos públicos, garantindo que os medicamentos adquiridos sejam destinados ao atendimento das demandas da rede municipal de saúde, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

## **4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 4.1. Fornecer os medicamentos de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, observando rigorosamente marca (quando aplicável), princípio ativo, dosagem, forma farmacêutica, apresentação e demais características exigidas.
- 4.2. Garantir que todos os medicamentos estejam devidamente registrados e regularizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, atendendo às normas sanitárias vigentes, com comprovação mediante documentação pertinente sempre que solicitado.
- 4.3. Entregar os medicamentos no prazo, local e condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento, assumindo integral responsabilidade pelo transporte, acondicionamento e descarregamento, inclusive quanto à manutenção das condições adequadas de conservação, especialmente para produtos termolábeis.
- 4.4. Assegurar que os medicamentos fornecidos possuam prazo de validade mínimo conforme exigido no Edital, contado da data da entrega, garantindo que não estejam próximos ao vencimento, salvo autorização expressa da Contratante.
- 4.5. Substituir, no prazo estipulado pela Administração, os medicamentos que apresentarem vícios, defeitos, avarias, irregularidades sanitárias, divergência de especificações ou que estejam em desacordo com o contratado, sem ônus adicional para o Município.
- 4.6. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, inclusive regularidade fiscal, trabalhista e sanitária.
- 4.7. Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis decorrentes da execução do objeto contratual, não gerando qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e o Município.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

4.8. Comunicar formalmente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer o fornecimento dos medicamentos, adotando imediatamente as medidas necessárias para evitar prejuízos ao atendimento da população.

4.9. Cumprir fielmente todas as cláusulas e condições estabelecidas no Edital, na Ata de Registro de Preços e no Contrato, sujeitando-se às sanções administrativas previstas em caso de descumprimento.

4.10. Atuar com observância aos princípios da boa-fé, ética, transparência e responsabilidade social, garantindo que o fornecimento dos medicamentos contribua para a efetividade das ações de saúde pública do Município de Gado Bravo – PB.

## 5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: **IMEDIATA.**

5.2.Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: **12 meses**, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

## 6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO – REAJUSTE

6.2.1.Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

6.2.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.2.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.2.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.2.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.2.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.2.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação



# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

## 7.0.DO PAGAMENTO

7.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

7.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

## 8.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

## 9.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

9.2.A administração e os demais atos de controle da correspondente Ata de Registro de Preços, decorrente do competente processo licitatório, serão realizados através do Departamento de Compras, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

9.3.Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para os respectivos itens registrados, nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

## 10.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

## 11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## 12.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções administrativas serão executadas conforme os termos da Lei Federal nº 14.133/21 e posteriores atualizações, e conforme minuta de contrato desta municipalidade.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pública, garantida a prévia defesa, aplicará a fornecedora as seguintes sanções previstas no Contrato fundamentadas nos Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata respectivamente sobre a responsabilização administrativa das infrações e sobre as sanções que serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas:

**Art. 155.** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;**

**II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**

**III - Dar causa à inexecução total do contrato;**



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

**IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;**

**V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;**

**VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;**

**VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;**

**VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;**

**IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;**

**X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;**

**XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;**

**XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.546, de 1º de agosto de 2013.**

**Art. 156.** - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

**I - Advertência;**

**II - Multa;**

**III - Impedimento de licitar e contratar;**

**IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**§ 1º** Na aplicação das sanções serão considerados:

**I - A natureza e a gravidade da infração cometida;**

**II - As peculiaridades do caso concreto;**

**III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;**

**IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;**

**V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.**

**§ 2º** A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**§ 3º** A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

**§ 4º** A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**§ 5º** A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 6º** A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

**I** - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

**II** - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

**§ 7º** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

**§ 5º** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**§ 6º** A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.4. Quanto às obrigações de entrega e solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 1% (um por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

19.5. A multa, eventualmente imposta à adjudicatária, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

12.6. Sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a **CONTRATANTE** tem a obrigatoriedade de informar a **CONTRATADA** sobre as sanções aplicadas, e a mesma tem o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente para efetuar o pagamento da multa.

12.7. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

12.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

**ASSINADO NO ORIGINAL**

**VIVIANE ALVES BARBOSA**  
Secretária Municipal de Saúde

**GADO BRAVO**

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026****PROCESSO Nº 025/2026****ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026**

## PROPOSTA

**REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.

**OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA MUNICIPALIDADE, PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO PB.**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	AAS AAS 100mg – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
2	ACEBROFILINA ACEBROFILINA 5mg/ml – 120mL XAROPE	FRASCO	216		
3	ÁCIDO ASCORBICO ÁCIDO ASCORBICO 200MG/ML – 20ml – GOTAS	FRASCO	432		
4	ÁCIDO ASCORBICO ÁCIDO ASCORBICO 500MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
5	ÁCIDO ASCÓRBICO ÁCIDO ASCÓRBICO 5MI – 100mg/ml – AMPOLA	UNIDADE	864		
6	ÁCIDO FÓLICO ÁCIDO FÓLICO 5mg – COMPRIMIDO	UNIDADE	12960		
7	ACIDO TRANEXAMICO ACIDO TRANEXAMICO 250MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
8	ÁCIDO TRANEXAMICO ÁCIDO TRANEXAMICO 5mL– 50mg/ML – INJETÁVEL (AMPOLA)	UNIDADE	432		
9	ACIDO VALPROÍCO ACIDO VALPROÍCO 250MG – CÁPSULA	UNIDADE	4320		
10	ACIDO VALPROICO ACIDO VALPROICO 50MG/ML– SUSPENSÃO	FRASCO	432		
11	ÁGUA P /INJEÇÃO ÁGUA P /INJEÇÃO 10mL– INJETÁVEL (AMPOLA)	UNIDADE	1200		
12	ALBENDAZOL ALBENDAZOL 400mg – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
13	ALBENDAZOL ALBENDAZOL 40mg/MI – SUSPENSÃO	FRASCO	864		
14	ALENDRONATO DE SÓDIO ALENDRONATO DE SÓDIO 70mg – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
15	AMBROXOL AMBROXOL 3mg/MI – 100mL XAROPE	FRASCO	864		
16	AMBROXOL AMBROXOL 6mg/ML – 100mL XAROPE	FRASCO	864		
17	AMINOFILANA AMINOFILANA 24mg/MI – 5ML	UNIDADE	86		



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

	(AMPOLA)						
18	AMINOFILINA COMPRIMIDO	AMINOFILINA	100mg	–UNIDADE	864		
19	AMIODARONA COMPRIMIDO	AMIODARONA	200mg	–UNIDADE	4320		
20	AMITRIPTILINA COMPRIMIDO	AMITRIPTILINA	25MG	–UNIDADE	17280		
21	AMOXICILINA +CLAVULANATO DE POTÁSSIO COMPRIMIDO AMOXICILINA +CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500mg+125mg – COMPRIMIDO			UNIDADE	4320		
22	AMOXICILINA SUSPENSÃO	AMOXICILINA	250mg/5MI	–FRASCO	1728		
23	AMOXICILINA AMOXICILINA 500mg – CÁPSULA			UNIDADE	17280		
24	AMOXIXILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO AMOXIXILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50mg+12,5mg/MI – SUSPENSÃO			FRASCO	432		
25	APTAMIL PREMIO APTAMIL PREMIO 1 400 G			LATA	86		
26	ATENOLOL ATENOLOL 25mg – COMPRIMIDO			UNIDADE	8640		
27	ATENOLOL ATENOLOL 50mg – COMPRIMIDO			UNIDADE	4320		
28	ATROPINA ATROPINA 0,25mg/MI – 2ml (AMPOLA)			UNIDADE	43		
29	AZITROMICINA COMPRIMIDO	AZITROMICINA	500mg	–UNIDADE	4320		
30	AZITROMICINA AZITROMICINA 900mg/22,5ml SUSPENSÃO			FRASCO	259		
31	BENZILPENICILINABENZATI-NA PÓ PARA SOLUÇÃO BENZILPENICILINABENZATI-NA PÓ PARA SOLUÇÃO INJ.0600UI			FRASCO	259		
32	BENZILPENICILINABENZATI-NA PÓ PARA SOLUÇÃO BENZILPENICILINABENZATI- NA PÓ PARA SOLUÇÃO INJ.1200UI			FRASCO	432		
33	BENZOATO DE BENZILASolução BENZOATO DE BENZILA 25% – 100mlsolução			FRASCO	259		
34	BIPERIDENO BIPERIDENO 2MG – COMPRIMIDO			UNIDADE	8640		
35	BROMAZEPAM BROMAZEPAM 3MG COMPRIMIDO			UNIDADE	8640		
36	BROMETO DE FENOTEROL BROMETO DE FENOTEROL 5MG/ML GOTAS – 20ML			FRASCO	43		
37	BROMIDRATO DE IPRATRÓPIO BROMIDRATO DE IPRATRÓPIO 0,025MG/ML GOTAS – 20ML			FRASCO	43		
38	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA +DIPIRONA BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 10MG+250MG – COMPRIMIDO			UNIDADE	4320		
39	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML – GOTAS – 20ML			FRASCO	432		
40	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML – AMPOLA – 2ML			UNIDADE	864		
41	BUTILBROMETO			DEUNIDADE	864		





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

	ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICA BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICA 4MG/ML+500MG/ML – AMPOLA – 5ML				
42	CAPTOPRIL CAPTOPRIL 25MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	25920		
43	CAPTOPRIL CAPTOPRIL 50MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
44	CARBAMAZEPINA CARBAMAZEPINA 200MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	17280		
45	CARBAMAZEPINA CARBAMAZEPINA 20MG/ML – 100ML – SUSPENSÃO	FRASCO	259		
46	CEFALEXINA CEFALEXINA 250MG/5ML – SUSPENSÃO	FRASCO	432		
47	CEFALEXINA CEFALEXINA 500MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
48	CEFTRIAXONA CEFTRIAXONA 1G – AMPOLA IM	UNIDADE	432		
49	CEFTRIAXONA CEFTRIAXONA 1G – AMPOLA IV	UNIDADE	432		
50	CETOCONAZOL CETOCONAZOL (BISNAGA)	UNIDADE	259		
51	CETOCONAZOL CETOCONAZOL (COMPRIMIDO)	UNIDADE	4320		
52	CIMETIDINA CIMETIDINA 150MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	864		
53	CIMETIDINA CIMETIDINA 150MG/ML – AMPOLA	UNIDADE	864		
54	CIPROFLOXACINO CIPROFLOXACINO 500MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
55	CLONAZEPAM CLONAZEPAM 0,5MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
56	CLONAZEPAM CLONAZEPAM 2,5MG/ML – 20ml – GOTAS	FRASCO	864		
57	CLONAZEPAM CLONAZEPAM 2MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
58	CLORAFENICOL CLORANFENICOL 4mg/MI COLÍRIO	FRASCO	172		
59	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL – 30ML CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL – 30ML	FRASCO	432		
60	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG – COMPRIMIDO CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	1728		
61	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	1728		
62	CLORIDRATO DE FLUOXETINA CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG – CÁPSULA	UNIDADE	8640		
63	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2%	FRASCO	86		
64	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
65	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML – GOTAS –15ML (FRASCO)	FRASCO	259		



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

66	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5MG/ML – AMPOLA – 2mL	UNIDADE	864		
67	CLORIDRATO DE PROMETAZINA CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
68	CLORIDRATO DE PROMETAZINA CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG/ML – AMPOLA – 2mL	UNIDADE	864		
69	DEXAMETASONA DEXAMETASONA 0,1% – CREME – 10G (BISNAGA)	UNIDADE	432		
70	DEXAMETASONA DEXAMETASONA 0,1MG/ML – 120ML – EIXIR	FRASCO	432		
71	DEXAMETASONA DEXAMETASONA 4MG/ML – AMPOLA – 2ML	UNIDADE	864		
72	DEXAMETSONA DEXAMETSONA (AMPOLA)	UNIDADE	864		
73	DEXCLORFENIRAMINA DEXCLORFENIRAMINA 2MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
74	DEXCLORFENIRAMINA DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML – 100ml XAROPE	FRASCO	864		
75	DIAZEPAM DIAZEPAM 10MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	17280		
76	DIAZEPAM DIAZEPAM 10MG/ML – AMPOLA – 2ML	UNIDADE	72		
77	DIAZEPAM DIAZEPAM 5MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
78	DICLOFENACO DE POTÁSSIO DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
79	DICLOFENACO DE POTÁSSIO DICLOFENACO DE POTÁSSIO 75MG/ML – AMPOLA – 2ML	UNIDADE	864		
80	DICLOFENACO DE SÓDIO DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML – AMPOLA – 2ML	UNIDADE	864		
81	DICLOFENACO DE SÓDIO DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
82	DIGOXINA DIGOXINA 0,25MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
83	DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA(DRAMIN) DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA(DRAMIN) 3MG+5MG+10MG+10MGAMPOLA	UNIDADE	432		
84	DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA(DRAMIN) DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA(DRAMIN) 50mg/10mg – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
85	DIPIRONA DIPIRONA 500MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
86	DIPIRONA DIPIRONA 500MG/ML – 10ML – GOTAS	FRASCO	1728		
87	DIPIRONA DIPIRONA 500MG/ML – INJETÁVEL (AMPOLA)	UNIDADE	864		
88	ENALAPRIL ENALAPRIL 10MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
89	ENALAPRIL ENALAPRIL 20MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
90	ENALAPRIL ENALAPRIL 5MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
91	ENOXAPARINA SÓDICA ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/6ML – SRINGAS PREENCHIDAS GRADUADAS	UNIDADE	43		
92	EPINEFRINA EPINEFRINA 1MG/ML – AMPOLA – 2ML	UNIDADE	43		



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

93	FENITOÍNA	FENITOÍNA 100MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
94	FENITOINA	FENITOINA 100MG/ML – AMPOLA – 3ML	UNIDADE	86		
95	FENOBARBITAL	FENOBARBITAL 100MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	17280		
96	FENOBARBITAL	FENOBARBITAL 200MG/ML – AMPOLA – 2ML	UNIDADE	43		
97	FENOBARBITAL	FENOBARBITAL 40MG/ML – GOTAS – 20 ML	FRASCO	259		
98	FENTANILA	FENTANILA 0,05MG/ML – 10ML – AMPOLA	UNIDADE	86		
99	FLUCONAZOL	FLUCONAZOL 150MG – CÁPSULA	UNIDADE	4320		
100	FUROSEMIDA	FUROSEMIDA 10MG/ML – AMPOLA	UNIDADE	432		
101	FUROSEMIDA	FUROSEMIDA 40MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	4320		
102	GENTAMICINA	GENTAMICINA 40MG/ML – AMPOLA	UNIDADE	43		
103	GENTAMICINA	GENTAMICINA 80MG/ML – AMPOLA	UNIDADE	43		
104	GLIBENCLAMIDA	GLIBENCLAMIDA 5MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	25920		
105	GLICOSE	GLICOSE 25% – AMPOLA	UNIDADE	172		
106	GLICOSE	GLICOSE 50% – AMPOLA	UNIDADE	172		
107	HALOPERIDOL	HALOPERIDOL 1MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	1728		
108	HALOPERIDOL	HALOPERIDOL 20MG/ML – GOTAS – 20ML	FRASCO	172		
109	HALOPERIDOL	HALOPERIDOL 5MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
110	HIDROCLOROTIAZIDA	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	25920		
111	HIDROCLOROTIAZIDA	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
112	HIDROCORTISONA	HIDROCORTISONA 100MG – AMPOLA – 5ML	UNIDADE	259		
113	HIDROCORTISONA	HIDROCORTISONA 500MG – AMPOLA – 5ML	UNIDADE	259		
114	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5MG/ML – 100MLSUSPENSÃO	FRASCO	432		
115	IBUPROFENO	IBUPROFENO 20MG/ML – GOTAS – 15ML	FRASCO	864		
116	IBUPROFENO	IBUPROFENO 300MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
117	IBUPROFENO	IBUPROFENO 600MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
118	INSULINA	INSULINA NPH 10ML	FRASCO	864		
119	IODETO DE POTÁSSIO	IODETO DE POTÁSSIO 100ML – XAROPE	FRASCO	432		





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

120	ISULINA REGULAR 10ML INSULINA REGULAR –FRASCO	86		
121	KOLAGENASE KOLAGENASE 30MG(g) –UNIDADE	172		
122	KOLAGENASE+CLORAFENICOL UNIDADE 172 KOLAGENASE+CLORAFENICOL 30MG (g)POMADA (BISNAGA)			
123	LEVOMEPROMAZINA LEVOMEPROMAZINAUNIDADE	4320		
124	LEVOMEPROMAZINA LEVOMEPROMAZINAUNIDADE	4320		
125	LEVOMEPROMAZINA LEVOMEPROMAZINA 4%FRASCO	172		
126	LEVOTIROXINA LEVOTIROXINA 100MG –UNIDADE	4320		
127	LEVOTIROXINA LEVOTIROXINA 25MG –UNIDADE	4320		
128	LEVOTIROXINA LEVOTIROXINA 50MG –UNIDADE	4320		
129	LEVOTIROXINA LEVOTIROXINA 75MG –UNIDADE	4320		
130	LORATADINA LORATADINA 10MG –UNIDADE	4320		
131	LORATADINA LORATADINA 1MG/ML – 100ML –FRASCO	432		
132	LOSARTANA POTÁSSICA LOSARTANAUNIDADE	43200		
133	M ETFORMINA M ETFORMINA 850MG –UNIDADE	17280		
134	MEBENDAZOL MEBENDAZOL 250MG –UNIDADE	2592		
135	MEBENDAZOL MEBENDAZOL 40MG/ML –FRASCO	259		
136	METFORMINA METFORMINA 500MG –UNIDADE	4320		
137	METILDOPA METILDOPA 250MG –UNIDADE	4320		
138	METILDOPA METILDOPA 500MG –UNIDADE	2160		
139	METRONIDAZOL METRONIDAZOL 100MG/G –UNIDADE	432		
140	METRONIDAZOL METRONIDAZOL 250MG –UNIDADE	4320		
141	METRONIDAZOL METRONIDAZOL 40MG/ML –FRASCO	432		
142	MICONAZOL MICONAZOL 20mg/g 980g) –UNIDADE	432		
143	MIDAZOLAM MIDAZOLAM 5MG/ML – 10ML –UNIDADE	86		
144	NEOMICINA+BACITRACINA UNIDADE 432 NEOMICINA+BACITRACINA 5MG+250UI/G–			

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026****PROCESSO Nº 025/2026**

	POMADA – 10G (BISNAGA)				
145	NIMESULIDA NIMESULIDA 100MG – UNIDADE	8640			
146	COMPRIMIDO NIMESULIDA 2,5MG/ML – GOTAS	FRASCO 432			
147	– 15ML NISTATINA NISTATINA 10.000UI/ML – UNIDADE	259			
148	SUPENSÃO – 30ML NISTATINA 2.500UI – CREME	UNIDADE 432			
149	VAGINAL – 50G (BISNAGA) NITROFUROSONA 30G – UNIDADE	86			
150	POMADA (BISNAGA) ÓLEO MINERAL 100ML – FRASCO	259			
151	SUSPENSÃO OMEPRAZOL 20MG – CÁPSULA	UNIDADE 17280			
152	OMEPRazol 20MG/ML – AMPOLA	UNIDADE 259			
153	– 10ML ONDANSETRONA 2MG/ML – UNIDADE	432			
154	INJETÁVEL (AMPOLA) ONDANSETRONA 4MG – UNIDADE	4320			
155	COMPRIMIDO ONDANSETRONA 8MG – ONDANSETRONA	UNIDADE 4320			
156	8MG – COMPRIMIDO OXITOCINA 5UI/ML – AMPOLA – UNIDADE	86			
157	1ML PARACETAMOL 20MG/ML – FRASCO	864			
158	GOTAS – 10ML PARACETAMOL 500MG – UNIDADE	8640			
159	COMPRIMIDO PARACETAMOL 750MG – UNIDADE	8640			
160	COMPRIMIDO PASTA DÁGUA 120g – FRASCO	FRASCO 86			
161	PERICIAZINA 4% – GOTAS – 20ML	FRASCO 43			
162	PERMAGANATO DE POTÁSSIO 100MG – UNIDADE	864			
163	COMPRIMIDO POLIVITAMÍNICO (complexo B) 100ml – SUSPENSÃO	FRASCO 259			
164	POLIVITAMÍNICO (COMPLEXO B) 2ml – UNIDADE	432			
165	AMPOLA PREDNISOLONA 3MG/ML – FRASCO	345			
166	60ml – XAROPE PREDNISONA 20MG – UNIDADE	4320			
167	COMPRIMIDO PREDNISONA 5MG – UNIDADE	1728			
168	COMPRIMIDO RISPERIDONA 1MG – UNIDADE	864			
169	COMPRIMIDO RISPERIDONA 2MG – UNIDADE	864			

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026****PROCESSO Nº 025/2026**

170	SAIS PARA REIDRATÇÃO ORAL 27,5G SAIS PARA REIDRATÇÃO ORAL 27,5G– CAIXAC/100 (SACHÊ)	UNIDADE	25		
171	SALBUTAMOL SALBUTAMOL 0,48MG/ML – XAROPE – 100ML	FRASCO	259		
172	SECNIDAZOL SECNIDAZOL 1000MG–	UNIDADE	2592		
173	SIMETICONA SIMETICONA 40MG–	UNIDADE	3456		
174	SIMETICONA SIMETICONA 75MG/ML – GOTAS – 15ML	FRASCO	432		
175	SINVASTATINA SINVASTATINA 20MG –	UNIDADE	8640		
176	SINVASTATINA SINVASTATINA 40MG –	UNIDADE	8640		
177	SORO FISIOLÓGICO SORO FISIOLÓGICO 100ML	FRASCO	10368		
178	SORO FISIOLÓGICO SORO FISIOLÓGICO 250ML	FRASCO	10368		
179	SORO FISIOLÓGICO SORO FISIOLÓGICO 500ML	FRASCO	20736		
180	SORO GLICOSADO SORO GLICOSADO 500ML	FRASCO	10368		
181	SORO RINGER SORO RINGER 100ML	FRASCO	10368		
182	SORO RINGER C/LACTATO SORO RINGER C/LACTATO 500ML	FRASCO	10368		
183	SULFADIAZINA DE PRATA SULFADIAZINA DE PRATA 10mg– (50G)( BISNAGA)– POMADA	UNIDADE	172		
184	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 400MG+80MG–COMPRIMIDO	UNIDADE	8640		
185	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 40MG+8MG–SUSPENSÃO – 50ML	FRASCO	864		
186	SULFATO FERROSO SULFATO FERROSO 40MG – COMPRIMIDO	UNIDADE	17280		
187	SULFATO FERROSO SULFATO FERROSO 125mg/ml(25mg/ml)–30ml– GOTAS	FRASCO	432		
188	TENOXICAM TENOXICAM 40MG/ML– INJETÁVEL – 5ML (AMPOLA)	UNIDADE	432		
189	TENOXICAN TENOXICAN 20MG/ML–INJETÁVEL – 5ML (AMPOLA)	UNIDADE	432		
190	Terbutalina Terbutalina Ampola –1 ml	UNIDADE	86		
191	VITAMINA K VITAMINA K 10MG/ML – AMPOLA	UNIDADE	259		
			<b>Total</b>		

PROPONENTE:

CNPJ:

Prezados Senhores,





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

**GADO BRAVO**



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

**ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026**

# MODELO DE DECLARAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.

PROPONENTE  
CNPJ

### 1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

**GADO BRAVO**



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

**ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026**

## MODELO DE DECLARAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.

PROPONENTE  
CNPJ

### **1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

**GADO BRAVO**



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026****PROCESSO Nº 025/2026****ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026**

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: ..../2026**

Aos ... dias do mês de ... de ..., na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Gado Bravo, Estado da Paraíba, localizada na José Mariano Barbosa - Centro - Gado Bravo - PB, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00010/2026 que objetiva o registro de preços para: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA MUNICIPALIDADE, PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO PB; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - CNPJ nº 01.612.651/0001-03.

VENCEDOR:

CNPJ:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
TOTAL						

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:



# SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

Pela Prefeitura Municipal de Gado Bravo, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:**

As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio do Contrato.

O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.

O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00010/2026 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- ....

Item(s):

Valor: R\$

- ....

Item(s):

Valor: R\$

### **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Umbuzeiro.

...

...

...

...

**GADO BRAVO**





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

**ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026**

# MINUTA DO CONTRATO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026**

**CONTRATO Nº: ....-SDC**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO E ....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Gado Bravo - José Mariano Barbosa, SN - Centro - Gado Bravo - PB, CNPJ nº 01.612.651/0001-03, neste ato representada pelo Prefeito Marcelo Paulino da Silva, Brasileiro, Solteiro, Empresário, residente e domiciliado na Rua José Mariano Barbosa, 601 - Centro - Gado Bravo - PB, CPF nº 061.262.814-03, Carteira de Identidade nº 3.135.341 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ....., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ....., ..... - ..... - ..... - ..... - ....., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ....., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00010/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA MUNICIPALIDADE, PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO PB.**

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00010/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... (...).

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:**

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos: 5005 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

5005.10.301.1004.2022 – Manter as Atividades do Fundo Municipal de Saúde.

5005.10.301.1004.2028 – Desenvolver as Atividades da Saúde Bucal

5005.10.301.1004.2075 – DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO ESF

5005.10.302.1004.2078 – DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA MAC

5005.10.302.1004.2079 – DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO SAMU

5005.10.303.1004.2031 – Manter as Atividades da Farmácia Básica

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:**

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: 12 meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- a. Efetuar o planejamento da aquisição dos medicamentos, definindo quantitativos estimados, especificações técnicas e cronograma de fornecimento, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
- b. Emitir as Autorizações de Fornecimento/Empenhos em conformidade com a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato firmado, indicando quantitativos, prazos e locais de entrega.
- c. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidor formalmente designado, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, especialmente quanto à qualidade, prazos e regularidade dos medicamentos fornecidos.
- d. Receber provisoriamente e definitivamente os medicamentos, após conferência das especificações, validade, integridade das embalagens, registros sanitários e demais exigências previstas no Termo de Referência e no Edital.
- e. Recusar, no todo ou em parte, os medicamentos que estejam em desacordo com as especificações técnicas, com prazo de validade incompatível ou que apresentem qualquer irregularidade sanitária ou de qualidade.
- f. Notificar formalmente a Contratada sobre eventuais falhas, irregularidades ou descumprimento de cláusulas contratuais, fixando prazo para a devida regularização.
- g. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo estabelecido, após a devida comprovação da entrega regular dos medicamentos e apresentação da documentação fiscal correspondente.
- h. Prestar à Contratada as informações e esclarecimentos necessários à correta execução do objeto contratual.
- i. Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e no Contrato, assegurando o contraditório e a ampla defesa.
- j. Zelar pela boa gestão dos recursos públicos, garantindo que os medicamentos adquiridos sejam destinados ao atendimento das demandas da rede municipal de saúde, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- a) Fornecer os medicamentos em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, observando princípio ativo, dosagem, forma farmacêutica, apresentação, concentração e demais características exigidas.
- b) Assegurar que todos os medicamentos estejam devidamente registrados e regularizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, cumprindo integralmente as normas sanitárias vigentes e apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado.
- c) Realizar a entrega dos medicamentos nos prazos, locais e condições estabelecidos na Autorização de Fornecimento, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento adequado, descarregamento e manutenção das condições ideais de conservação, especialmente para produtos que exijam controle de temperatura.
- d) Garantir que os medicamentos fornecidos possuam prazo de validade mínimo conforme exigido no Edital, não sendo aceitos produtos com validade incompatível com o consumo regular da rede municipal de saúde.





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

- e) Substituir, no prazo estipulado pela Administração, os medicamentos que apresentarem vícios, defeitos, avarias, irregularidades sanitárias ou que estejam em desacordo com as especificações contratadas, sem qualquer ônus para o Município.
- f) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, inclusive regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e sanitária.
- g) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, não gerando qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Prefeitura Municipal de Gado Bravo – PB.
- h) Comunicar formalmente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer o fornecimento dos medicamentos, adotando as providências necessárias para evitar desabastecimento da rede municipal de saúde.
- i) Submeter-se à fiscalização da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e cumprindo fielmente as cláusulas estabelecidas no Edital e no Contrato.
- j) Atuar com observância aos princípios da legalidade, boa-fé, transparência e responsabilidade social, assegurando que o fornecimento contribua efetivamente para a manutenção da assistência farmacêutica no Município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os





**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

# SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Umbuzeiro.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Gado Bravo - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

PELO CONTRATADO

**GADO BRAVO**



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

### ANEXO VI - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2026

## MODELOS DE DECLARAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.

PROPONENTE  
CNPJ

#### 1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

#### 2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

#### 3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Gado Bravo, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

#### 4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

#### 5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de



**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

## SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio  
designados pela Portaria*

**PREGÃO ELETRÔNICO 00010/2026**

**PROCESSO Nº 025/2026**

julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

### **6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

OME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

**GADO BRAVO**